

Parlamentares dão sugestões

JOÃO CARLOS RODRIGUES

UM SÁBADO atípico no Congresso Nacional. Na manhã de ontem, os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir, foram ao plenário do Senado para expor o pacote fiscal. Pelo menos 112 parlamentares compareceram à sessão mista para ouvi-los. O gesto, avaliaram alguns congressistas, dignificou a democracia brasileira. Na prática, porém, não foi suficiente para que senadores e deputados - governistas e oposicionistas - desistissem de alterar algumas das medidas provisórias enviadas pelo Governo à votação.

Um dos pontos de discórdia é o aumento de 10% na alíquota do Imposto de Renda para a Pessoa Física. O líder do Governo na Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), defendeu a busca de uma alternativa à proposta da equipe econômica. O líder da oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), apresentou a solução: "Basta criar o imposto sobre o lucro dos bancos". Quem teve lucros antes da crise, argumentou, deve agora pagar por ela. O que não dá é para taxar terrivelmente os pobres e a classe média em benefício dos ricos".

Outra medida contestada pelos parlamentares é a redução em 50% dos incentivos fiscais para as regiões Norte e Nordeste. Embora favorável ao pacote fiscal, Inocêncio criticou o corte dos incentivos do Fundo de Fi-

nanciamento da Industrialização do Nordeste. "Para economizar R\$ 550 milhões, o Governo deixará de criar 57 mil empregos diretos". Amanhã, ele apresentará ao Ministério da Fazenda uma alternativa para assegurar a manutenção integral da isenção. "É só trocá-la por outra rubrica também destinada ao Nordeste".

Desespero - Independente de proporem mudanças às medidas, os parlamentares têm consciência da necessidade do Governo em injetar R\$ 20 bilhões em suas contas. "A equipe econômica está desesperada. Precisa desse dinheiro para pagar ju-

ros", declarou o senador Roberto Requião (PMDB-PR). Para ele, o erro do Governo foi submeter o Plano Real aos interesses do capital especulativo internacional. "E o pior é constatarmos que algumas propostas, como a demissão de 33 mil servidores, não trazem nenhum benefício eco-

nômico, mas apenas graves custos sociais", acrescentou a deputada Maria Laura (PT-DF).

"É um pacote recessivo, que penaliza quem não tem lucros nas bolsas de valores", atacou o deputado José Genuíno (PT-SP). De acordo com ele, os critérios dos cortes da equipe econômica são injustos porque distribuem encargos para todos - pobres e ricos. Para Genuíno, o Governo deveria aumentar a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física acima de R\$ 20 mil e reduzir a taxa de quem ganha até R\$ 1.850.

Basta criar o imposto sobre o lucro dos bancos. Quem lucrou com a crise, deve agora pagar por ela

JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE)